

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
Capítulo 1	
TEMÁTICA DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	37
1.1. Temas importantes no estudo da audiência trabalhista.....	37
1.2. Princípios fundamentais do processo brasileiro.....	39
1.2.1. Princípio do acesso à justiça	41
1.2.2. Princípio do devido processo legal	41
1.2.3. Princípio da efetividade	43
1.3. Fundamentos e princípios específicos do processo do trabalho.....	44
1.3.1. O princípio da proteção e suas especificidades.....	46
1.3.2. O princípio inquisitivo.....	49
1.3.3. Outros princípios do processo do trabalho	50
1.4. O princípio da oralidade como ideia-matriz	52
1.4.1. Princípio do predomínio da palavra falada	56
1.4.2. Princípio da imediatidade	58
1.4.3. Princípio da concentração dos atos processuais.....	60
1.4.4. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	61
1.5. Princípio da primazia da solução consensual	64
1.6. Amplos poderes de condução da audiência pelo juiz do trabalho.....	66
1.7. Conjunto de temas recorrentes na audiência trabalhista.....	68
A) Na tentativa conciliatória.....	68
B) Nas formas de reposta do reclamado	70
C) Nos incidentes processuais	71
D) Na coleta das provas.....	72
1.8. “Etapas” da audiência trabalhista	74
1ª) A preparação, para o juiz e para os advogados.....	74
2ª) O pregão: em qual lado sentar-se à mesa de audiências?	75
3ª) A qualificação das partes.....	77

4ª) A tentativa conciliatória	78
5ª) O recebimento da defesa.....	79
6ª) A impugnação ou réplica.....	80
7ª) A produção da prova oral.....	82
8ª) As razões finais.....	82
9ª) A última proposta de acordo	83
10ª) O julgamento da demanda	84
1.9. Verificação de aprendizagem.....	85

Capítulo 2

AUDIÊNCIA TRABALHISTA: A VISÃO DO JUIZ E A VISÃO DO ADVOGADO	87
2.1. Audiência trabalhista: aspectos “sensitivos”	87
2.1.1. A audiência trabalhista como uma experiência “sensitiva”	87
2.1.2. A necessidade de uma elevada carga de humanidade	90
2.1.3. A chamada lide sociológica	92
2.1.4. O juiz como diretor de uma peça teatral dramática.....	95
2.1.5. Os advogados como atores principais da audiência trabalhista.....	99
2.2. Audiência trabalhista: aspectos técnicos.....	105
2.2.1. Audiência ou sessão?.....	105
2.2.2. Publicidade da audiência trabalhista.....	110
2.2.3. Local, horário e duração das audiências.....	112
2.2.4. Local das audiências por videoconferência e telepresencial.....	114
2.2.5. Organização da pauta de audiências.....	115
2.2.6. Audiência inicial ou una: primeiros passos	119
A) Verificação das notificações iniciais	119
B) Atenção ao pregão.....	121
C) Efeitos jurídicos no atraso das partes	123
D) Atraso do juiz – o que fazer?	127
2.2.7. Ata de audiência e poder de polícia.....	129
2.3. Verificação de aprendizagem.....	132

Capítulo 3

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	133
3.1. Representação dos trabalhadores.....	133
3.1.1. Em reclamações individuais.....	133
3.1.2. Quando o reclamante está preso	136
3.1.3. Representação de trabalhadores incapazes	137
3.1.4. Nas reclamações plúrimas	137
3.1.5. Em ações coletivas	138
3.1.6. Representação do espólio do trabalhador.....	140

3.2.	Representação dos empregadores.....	142
3.2.1.	Representação por preposto.....	142
3.2.2.	O advogado pode atuar como preposto?.....	146
3.2.3.	Representação da Administração Pública.....	150
3.2.4.	Outras representações de reclamados.....	151
3.3.	Representação por advogado e comprovação do mandato.....	152
3.4.	Intervenção do MPT nas audiências trabalhistas.....	156
3.5.	Verificação de aprendizagem.....	159
Capítulo 4		
TENTATIVA CONCILIATÓRIA E CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.....		161
4.1.	Novo paradigma do processo brasileiro.....	161
4.2.	Técnicas fundamentais para a conciliação: cálculo das verbas.....	163
1ª)	Verbas rescisórias.....	165
2ª)	Horas extras.....	165
3ª)	Adicional de insalubridade.....	166
4ª)	Acúmulo de função ou equiparação salarial.....	166
5ª)	Indenização de dano moral.....	167
6ª)	Acidente do trabalho.....	167
4.3.	Técnica do diálogo prévio: avaliação dos riscos.....	169
4.4.	Técnica do acolhimento: criar um ambiente propício.....	171
4.5.	Técnicas para uma boa dinâmica conciliatória.....	173
1ª)	Aproximação das propostas distantes.....	173
2ª)	Avaliação dos riscos de cada uma das partes.....	173
3ª)	Adiamento da audiência.....	174
4ª)	Conversar com os litigantes em separado.....	174
5ª)	Total para o reclamante x parcelamento para o reclamado.....	174
6ª)	Técnicas não consensuais.....	175
7ª)	Extensão da conciliação.....	176
8ª)	Suspensão do processo se o tomador não concorda.....	176
9ª)	Acordo sem anuência do advogado.....	177
4.6.	Quitação no acordo judicial.....	178
4.7.	Acordo por mera liberalidade.....	179
4.8.	Acordo parcial.....	182
4.9.	Audiência para ratificação do acordo.....	183
4.10.	Audiência para análise de acordo extrajudicial.....	184
4.11.	Audiência de conciliação na fase recursal.....	188
4.12.	Audiência de tentativa conciliatória na fase de liquidação.....	190
4.13.	Audiência de tentativa conciliatória na fase de execução.....	190

4.14. Efeitos da sentença homologatória de acordo.....	193
A) A irrecorribilidade da decisão	194
B) Recorribilidade para a União.....	195
C) A necessária discriminação das verbas.....	196
D) A necessidade de recolhimento previdenciário	198
E) Outros efeitos secundários dessa decisão.....	198
4.15. Verificação de aprendizagem.....	200

Capítulo 5

AUDIÊNCIA INICIAL OU UNA: EVENTOS OU INCIDENTES 201

5.1. Arquivamento da reclamação trabalhista.....	201
5.2. Revelia do reclamado.....	205
5.3. Adiamento da audiência	211
5.3.1. A requerimento de uma das partes	211
5.3.2. A requerimento conjunto.....	213
5.3.3. Por vícios ou falta de comunicações processuais	214
5.3.4. Por inobservância do prazo legal	215
5.3.5. Por determinação judicial	215
5.4. Aditamento, alteração e emenda da petição inicial.....	216
5.4.1. Marcos intransponíveis para esses institutos.....	217
5.4.1.1. No processo civil	218
5.4.1.2. No processo do trabalho	218
5.5. Desistência do reclamante: custas e sucumbência	221
5.6. Respostas do reclamado	223
5.6.1. Exceção de incompetência territorial.....	224
5.6.2. Contestação.....	225
5.6.3. Reconvenção	227
5.7. Réplica.....	229
5.8. Audiência de instrução em prosseguimento	230
5.9. verificação de aprendizagem.....	232

Capítulo 6

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E TEORIA GERAL DA PROVA..... 233

6.1. Audiência de instrução e a prova oral	233
6.2. Conceito, finalidade e objeto da prova.....	235
6.3. Regras de hermenêutica a respeito da prova.....	236
6.3.1. Prova-se o fato e não o direito.....	237
6.3.2. O ônus da prova incumbe a quem alega o fato.....	239
6.3.3. Fatos que independem de prova	240
6.4. Princípios específicos da teoria geral da prova.....	242

6.4.1.	Princípio inquisitivo.....	242
6.4.2.	Princípio da aquisição ou comunhão da prova	244
6.4.3.	Princípio da unidade da prova	245
6.4.4.	Princípio do convencimento motivado	246
6.4.5.	Princípio da livre admissibilidade da prova	248
6.4.6.	Princípio da proibição da prova ilícita: o precedente do HC n. 74.678-1.....	250
6.5.	Meios de prova.....	258
A)	Depoimento pessoal e interrogatório.....	260
B)	Confissão.....	260
C)	Prova testemunhal.....	261
D)	Ata notarial	261
E)	Documentos eletrônicos.....	263
F)	Prova documental.....	264
G)	Prova pericial.....	266
H)	Inspeção judicial	268
I)	Presunções e máximas de experiência	270
J)	Prova emprestada	270
K)	Prova digital.....	271
6.6.	A prova emprestada na audiência trabalhista	271
6.6.1.	Observância do contraditório e da ampla defesa	271
6.6.2.	Meios de prova e natureza jurídica	273
6.6.3.	Contra quem se admite a prova emprestada?	275
6.7.	A prova digital	277
6.7.1.	Considerações iniciais sobre a prova digital.....	277
6.7.2.	Prova digital: do que se trata?.....	278
6.7.3.	A natureza jurídica das provas digitais	285
6.7.4.	Requisitos de validade da prova digital	289
6.8.	Verificação de aprendizagem.....	298
Capítulo 7		
TEORIA GERAL DO ÔNUS DA PROVA.....		299
7.1.	Noção de ônus da prova	299
7.2.	Análise crítica da doutrina trabalhista	300
7.3.	O iter proposto.....	305
7.3.1.	O art. 374 do CPC/2015.....	305
7.3.2.	O art. 375 do CPC/2015	309
7.3.3.	A definição do ônus da prova	310
7.3.4.	A natureza dos fatos controvertidos.....	311

7.3.4.1.	As regras objetivas de definição do ônus da prova	313
7.3.4.2.	A doutrina dos fatos contrapostos	315
7.4.	Momento da definição do ônus da prova	320
7.5.	Ônus subjetivo e ônus objetivo	323
7.6.	A inversão do ônus da prova	326
7.6.1.	Princípios que autorizam a inversão do ônus da prova	330
7.6.2.	O Código de Proteção e Defesa do Consumidor	332
7.6.3.	Princípio da aptidão para a prova	334
7.7.	Momento da inversão do ônus da prova	336
7.8.	Síntese conclusiva até esta parte	340
7.9.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	341
7.9.1.	Aplicação dessa teoria no processo do trabalho	345
7.9.2.	A Lei da Reforma Trabalhista	347
7.10.	Casuística sobre ônus da prova	350
7.10.1.	Vínculo de emprego	351
7.10.2.	Acidente do trabalho	352
7.10.3.	Equiparação salarial	354
7.10.4.	Acúmulo e desvio de função	354
7.10.5.	Insalubridade e periculosidade	355
7.10.6.	Jornada de trabalho	355
7.10.7.	Justa causa	356
7.10.8.	Rescisão indireta	357
7.10.9.	Dano moral	357
7.10.10.	Assédio moral e sexual	358
7.10.11.	Responsabilidade do tomador de serviços	358
7.10.12.	Responsabilidade do ente público: a Lei n. 14.133/2021	359
7.10.13.	COVID-19	364
7.10.13.1.	A COVID-19 como doença “endêmica” – pandêmica	365
7.10.13.2.	A COVID-19 como doença do trabalho: ônus da prova.....	368
7.10.14.	Breves considerações sobre as provas digitais.....	371
7.10.15.	Últimas considerações sobre a casuística	373
7.11.	Súmulas do TST a respeito de presunções e ônus da prova	375
7.11.1.	Súmula n. 6, VIII	375
7.11.2.	Súmula n. 12	376
7.11.3.	Súmula n. 32	376
7.11.4.	Súmula n. 43	377
7.11.5.	Súmula n. 212	378
7.11.6.	Súmula n. 287	379
7.11.7.	Súmula n. 338	381

7.11.8. Súmula n. 443: a Lei n. 14.289/2022.....	385
7.11.9. Súmula n. 460	386
7.11.10. Súmula n. 461	388
7.12. Jurisprudência do TST a respeito da temática.....	389
7.13. Verificação de aprendizagem.....	394

Capítulo 8

TÉCNICAS NA PRODUÇÃO DA PROVA ORAL 397

8.1. Atenção aos fatos que dependem de provas	397
8.2. O juiz pode coletar prova de fatos periféricos.....	398
8.3. O advogado deve “ir direto ao ponto”: técnicas adequadas.....	400
1ª) Técnica do interrogatório direto	401
2ª) Técnica do contrainterrogatório	402
3ª) Não formular perguntas indutivas.....	404
4ª) Evitar a testemunha de reforço.....	405
5ª) Não prosseguir em situação desfavorável	406
6ª) Tomar cuidado com a “síndrome” da última pergunta	407
8.4. Indeferimento x Protesto: prova complementar e ônus da prova.....	407
8.5. Momento oportuno para a produção da prova	410
8.6. Regras especiais para essa produção: os poderes do juiz	411
8.6.1. Provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	412
8.6.2. Alteração da ordem dos depoimentos.....	413
8.6.3. O aparte do advogado.....	414
8.6.4. Resumo dos depoimentos	415
8.7. verificação de aprendizagem.....	416

Capítulo 9

DEPOIMENTO PESSOAL E INTERROGATÓRIO 417

9.1. Depoimento pessoal x Interrogatório.....	417
9.2. Depoimento pessoal e princípio do contraditório	419
9.3. Incomunicabilidade dos depoentes	421
9.4. Técnicas de perguntação durante o depoimento pessoal	423
9.5. Escusa x recusa a depoimento.....	426
9.6. Depoimento pessoal por precatória ou videoconferência	428
9.7. Verificação de aprendizagem.....	431

Capítulo 10

CONFISSÃO REAL E CONFISSÃO FICTA 433

10.1. Conceito e natureza jurídica da confissão.....	433
10.2. Espécies de confissão.....	434

10.3. Confissão real.....	435
10.3.1. Efeitos da confissão real.....	437
10.3.2. Indivisibilidade da confissão.....	440
10.3.3. Outras questões na temática da confissão: anulação.....	441
10.4. Confissão ficta.....	443
10.4.1. Efeitos da confissão ficta.....	445
10.4.2. Desconhecimento dos fatos pelo preposto.....	448
10.4.3. Outras questões relacionadas à confissão ficta.....	450
10.4.4. Confissão ficta no litisconsórcio e do ente público.....	453
10.4.5. Ausência de ambas as partes: presença só do advogado.....	455
10.5. Verificação de aprendizagem.....	457

Capítulo 11

PROVA TESTEMUNHAL.....	459
11.1. Conceito e importância: prova sensorial.....	459
11.2. Admissibilidade da prova testemunhal.....	461
11.2.1. Questões práticas sobre essa admissibilidade.....	463
11.2.2. Questões relacionadas às presunções.....	466
11.3. Rol e número máximo de testemunhas.....	467
11.4. Outras questões práticas a respeito da prova testemunhal.....	470
11.4.1. Substituição de testemunhas.....	472
11.4.2. O juiz arrolado como testemunha.....	474
11.4.3. Oitiva de testemunhas por precatória ou videoconferência.....	475
11.5. Comparecimento e intimação das testemunhas.....	478
11.5.1. Intimação pelo advogado.....	482
11.5.2. Comprovação do convite ou da intimação.....	484
11.5.3. Intimação pelo juízo.....	485
11.5.4. Condução coercitiva das testemunhas.....	486
11.6. Dever legal de testemunhar: um serviço público.....	487
11.7. Recusa x escusa ao depoimento testemunhal.....	489
11.8. A garantia de indenidade à testemunha.....	491
11.9. Despesas de comparecimento.....	495
11.10. Produção da prova testemunhal.....	498
11.10.1. Gravação e transcrição dos depoimentos testemunhais.....	498
11.10.2. Ordem dos depoimentos e adiamento da audiência.....	502
11.10.3. Qualificação das testemunhas – quem pode ser?.....	505
11.10.4. Contradita de testemunhas.....	507
11.10.4.1. Contradita por incapacidade.....	508
11.10.4.2. Contradita por impedimento.....	513

11.10.4.3. Contradita por suspeição	517
11.10.4.4. Testemunha que possui ação em face do reclamado	520
11.10.4.5. Momento adequado para a contradita	523
11.10.4.6. Produção de prova na contradita	525
11.10.5. Compromisso legal	528
11.10.6. Inquirição e reinquirição das testemunhas	530
11.10.6.1. Técnicas de inquirição e reinquirição	534
11.10.6.2. O que (não) perguntar à testemunha?	537
11.10.7. Incomunicabilidade das testemunhas	540
11.10.8. Registro do depoimento das testemunhas.....	542
11.10.9. Testemunha referida e acareação de testemunhas	544
11.10.10. Valoração da prova testemunhal	548
11.10.11. Penalidades à testemunha mentirosa	550
11.10.11.1. Caracterização do falso testemunho.....	554
11.10.11.2. Prisão da testemunha	555
11.11. Verificação de aprendizagem.....	556

Capítulo 12

AUDIÊNCIAS ESPECIAIS: CONSIGNAÇÃO E ACP 561

12.1. Considerações iniciais	561
12.2. Audiência na ação de consignação em pagamento	562
12.3. Audiência na ação civil pública	566
12.3.1. A ação civil pública trabalhista	566
12.3.2. Peculiaridades dessa audiência.....	567
12.4. Audiência nos embargos à execução e de terceiro	569
12.5. Verificação de aprendizagem.....	572

Capítulo 13

AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA E TELEPRESENCIAL 573

13.1. Audiência por videoconferência.....	573
13.1.1. Audiência por videoconferência: Resolução n. 354 do CNJ.....	579
13.1.2. Audiência por videoconferência: Provimento CGJT n. 01/2021	582
13.2. Audiência telepresencial, em regime extraordinário	587
13.3. Obrigatoriedade de participação das partes e advogados	591
13.3.1. Problemas técnicos para a participação	591
A) Dificuldade de acesso digital	591
B) Falta de local apropriado.....	592
C) Necessidade de isolamento social.....	593
D) Dificuldade de acesso à documentação	594

13.3.2. Problemas pessoais para a participação.....	595
A) Temor ao juiz, principalmente se houver problemas técnicos	595
B) Privacidade do lar.....	596
C) Intimidade de pessoas que residem na casa.....	597
13.4. Princípios aplicáveis às audiências telepresenciais	598
13.4.1. Princípios fundamentais (gerais) aplicáveis	598
13.4.2. Princípios específicos (uma teoria em construção)	604
13.4.2.1. Princípio da igualdade digital: Res. n. 314/2020 do CNJ	606
13.4.2.2. Princípio da aptidão digital: Recomendação n. 101 do CNJ..	613
13.4.2.3. Princípio da segurança jurídica digital.....	616
13.5. Audiências inicial e de tentativa conciliatória telepresenciais.....	618
13.5.1. Questões práticas: atrasos, arquivamento e revelia	622
13.5.2. Questões práticas: vestimenta e problemas técnicos – Ato n. 4 da CGJT	624
13.6. Audiências una e de instrução telepresencial	627
13.6.1. Audiência de instrução telepresencial e acesso digital.....	627
13.6.2. Segurança quanto aos depoimentos: a incomunicabilidade	632
13.6.3. Outras questões: intimação e dever legal de depor	636
13.6.4. A contradita virtual e o depoimento da testemunha	637
13.6.5. O registro dos depoimentos: a minutagem – Ato n. 45 e Resolução n. 313 do CSJT	640
13.6.6. Acareação, penalidades e valoração da prova.....	645
13.7. Negócio jurídico processual e instrução virtual.....	647
13.7.1. Amplo campo de aplicação no processo civil	648
13.7.2. Incompatibilidade com o processo do trabalho	651
13.7.3. Admissão, no negócio jurídico processual tripartite.....	654
13.8. Retorno às atividades presenciais	657
13.9. Verificação de aprendizagem.....	663
REFERÊNCIAS	665